A arquitetura internacional dos direitos humanos, de José Augusto L. Alves. São Paulo: FTD, 1997 (Coleção Juristas da Atualidade / coordenação Hélio Bicudo), 335 páginas.

*Estêvão Ferreira Couto**

O tema dos direitos humanos faz parte definitivamente da agenda internacional contemporânea. Basta lembrar que a recente intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN - na Iugoslávia, questionável em muitos aspectos, foi feita com fulcro na defesa dos direitos humanos dos kosovares de origem albanesa. Contudo, mesmo com toda esta proeminência do tema, a existência de um arcabouço jurídico internacional de proteção dos direitos humanos, aplicável no direito interno brasileiro, tem sido ignorada. O Poder Judiciário, em sua maioria, se prende a dogmas de soberania e interpretação ultrapassados e esquece que a razão de ser do direito internacional e do direito interno é a pessoa humana. Neste sentido, este livro, ao tentar tornar conhecida a "arquitetura" internacional dos direitos humanos, vem contribuir para a transformação da sociedade e da cultura jurídica brasileira.

O autor é diplomata de carreira, responsável pela criação de um departamento específico para os direitos humanos no Ministério das Relações Exteriores. Atuou em organismos internacionais e nas conferências sobre o assunto, inclusive a Conferência de Viena de 1993. Esta vivência enriquece o livro por meio de relatos do processo de negociação, que podem ser encontrados também, com mais detalhes, no seu livro *Direitos Humanos Como Tema Global* (São Paulo: Perspectiva/Brasília: FUNAG, 1994).

O livro pode ser classificado, nas próprias palavras do autor, como "um manual para a atuação de qualquer cidadão brasileiro, não necessariamente jurista ou diplomata". De toda a imensa gama de instrumentos internacionais, foram selecionados somente vinte, segundo o autor, mais ligados "aos problemas e dificuldades dos cidadãos brasileiros". É útil para quem está se iniciando no

* Estêvão Ferreira Couto é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

assunto ou pretende ter uma visão geral, para referência em estudos multidisciplinares. Não pretende, porém, ser uma obra exaustiva como *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos* de A. A. Cançado Trindade (São Paulo: Saraiva, 1991), obra em que se inspirou.

A estrutura básica do livro consiste em introdução, quatro módulos (com o texto completo das normas internacionais introduzidas por um comentário) e conclusão. Os comentários aos textos legais seguem aproximadamente um mesmo padrão: antecedentes históricos, o processo de negociação, inovações trazidas pelo documento, características distintivas, análise de praticamente todos os artigos e as controvérsias surgidas na negociação, número de ratificações, adesões e entrada em vigor, ratificação e incorporação pelo Brasil (formalidade exigida pela jurisprudência brasileira para que entre em vigor internamente) e a importância do documento para o Brasil e para o mundo.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993, é o fio condutor do argumento do autor. Ele explica o impacto deste evento em conferências posteriores e as conquistas conceituais nela alcançadas como, *inter alia*, a universalidade dos direitos humanos; o reconhecimento de particularidades históricas, culturais e religiosas; a interdependência e interrelação de todos os direitos humanos; e o vínculo entre a democracia, desenvolvimento e respeito pelos direitos humanos

Com efeito, o Direito Internacional dos Direitos Humanos coloca em xeque vários dos pressupostos do Direito Internacional Clássico. Ataca, primeiramente, o pressuposto de que somente os Estados são sujeitos de direito nas relações internacionais, ao fazer com que indivíduos sejam beneficiários diretos de tratados internacionais e ao conferir-lhes capacidade processual para exigir direitos perante órgãos internacionais. Os direitos humanos também superam o princípio da reciprocidade pelo qual a violação de um tratado "pode ser fator de extinção da própria norma". Estabelecem, ao revés, o princípio da proteção dos mais fracos (o indivíduo, vítima do Estado) e da garantia coletiva (que permite petições interestatais, mais efetivas em sistemas regionais). Como bem observado pelo autor, os direitos humanos flexibilizaram o conceito de soberania, o que muitas vezes é mal compreendido. Primeiro, porque o monitoramento da situação de direitos humanos é feito "por órgãos e mecanismos constituídos pelos próprios Estados". Segundo, porque o conceito não pode ser usado como justificativa para a violação dos direitos de uma população por parte de seu próprio Estado que, geralmente, não se indigna tão facilmente com "a imissão de entidades econômicas internacionais na condução de políticas nacionais em qualquer país".

O universalismo deixa de ser um conquista tão grande quando, e.g., é analisado o problema contemporâneo da resistência aos direitos humanos (como direitos “ocidentais”) por parte do fundamentalismo religioso (principalmente islâmico) e secular autoritário. O primeiro diz respeito principalmente à não discriminação por sexo, a liberdade para mudar de religião (artigo 28 da Declaração Universal), o livre consentimento dos nubentes para a validação do casamento (art. 16, § 2º) e a imposição de punições corporais (art. 5º, prevista em um livro de comportamento muçulmano, a *sharia*). No segundo caso, a argumentação, particularmente para o desrespeito a direitos civis e políticos, é que os direitos humanos “não levariam em conta as dificuldades econômicas enfrentadas ou ‘as tradições milenares’ das respectivas populações”.

Aliás, o conflito entre os países em torno de direitos civis e políticos, de um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, de outro, é um tema recorrente no livro. No contexto da Guerra Fria, ele contrapunha os Estados Unidos e a União Soviética com seus respectivas blocos, influenciando a elaboração das normas internacionais (e.g., o desmembramento do Pacto da ONU, inicialmente projetado como único). O fim do socialismo real no final da década de 1980 permitiu um certo consenso, mas a questão tem ressurgido, com força nos últimos anos, no campo religioso e cultural. Em função destes embates, os direitos humanos têm sido divididos por “gerações” (1ª Cívica e Política; 2ª Econômica, Social e Cultural; 3ª Autodeterminação, Paz, Meio Ambiente e Desenvolvimento). Essas divisões artificiais têm impacto direto na implementação dos direitos: os primeiros seriam de obrigação imediata e os seguintes para serem assegurados progressivamente, até o máximo de recursos disponíveis dos Estados, interpretação fruto do liberalismo (esses direitos seriam simples metas a serem perseguidas).

Ao comentar a necessidade de uma sociedade democrática para que os direitos humanos sejam realizados (princípio contido, e.g., no artigo 29 da Declaração Universal), o autor poderia ter se aprofundado um pouco mais na questão, principalmente porque a democracia usualmente referida e exportada pelos Estados Unidos é aquela no modelo Schumpeter/Dahl. Este modelo mascara a precariedade da situação dos direitos humanos nos países em desenvolvimento ao dotar de legitimidade regimes cuja única característica democrática é a realização de eleições periódicas (muitas vezes controladas). Perde-se, assim, toda a dimensão social e do *rule of law*. Os Estados Unidos, por sinal, possuem uma das posições mais retrógradas em matéria de Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que pode ser exemplificado pela demora de mais de 20 anos para aderir (com reservas) ao Pacto de Direitos Cívicos e

Políticos, pela insistência em relegar a um segundo plano direitos econômicos, sociais e culturais e pela não ratificação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

À primeira vista, o autor transparece um certo idealismo ao comparar a campanha contra a tortura com o movimento abolicionista. As semelhanças no processo inicial de evolução não eliminam as brutais diferenças de contexto histórico e as especificidades de cada problema. No final deste trecho, o autor afirma:

A ética democrática e o sistema normativo internacional não mais aceitam o suplício como instrumento legítimo dos Estados...E a consciência, como ensinam os filósofos, pode ser também um dos motores da História.” Seu idealismo, contudo, não é ingênuo. Em suas conclusões, o autor reconhece que, muitas vezes, a profusão de documentos legislativos internacionais sobre direitos humanos revela a incapacidade dos Estados em combater o diversificado conjunto de violações, levando-os a aprovar normas “que sabem de antemão serem de aplicabilidade remota.

Há um pouco de frustração com a distância das conquistas legais em relação ao mundo real, imerso no “consenso neoliberal”, “mais cruel e individualista que o liberalismo clássico”, pois, “Locke previa a possibilidade de restrições ao direito da propriedade. E o laborioso burguês capitalista de Weber era a antítese do indivíduo narcísico e hedonista”. No entanto, o autor, citando Paulo Sérgio Pinheiro, verifica que a consciência da importância dos direitos humanos tem aumentado no Brasil, o que é corroborado por uma nova postura governamental não só nos foros multilaterais, mas também no âmbito interno.

De fato, principalmente nos últimos anos, o esforço por parte do governo tem sido mais visível. Por ter sido finalizado antes, o livro não inclui a aprovação de leis brasileiras recentes, de fundamental importância, como a Lei de Crimes de Tortura e a Lei que cria o Programa Nacional de Proteção às testemunhas. O Brasil, ademais, no final do ano passado, aceitou a competência judicial da Corte Interamericana de Direitos Humanos (a aceitação era facultativa). Esta Corte julga “casos específicos a ela submetidos pelos Estados-Partes ou pela CIDH,” (Comissão Interamericana que faz parte do sistema explicado com detalhes no livro). Isto significa que os atos internos do Estado Brasileiro podem agora ser analisados no que concerne a sua conformidade com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Institui-se, portanto, uma benéfica influência internacional. Ao contrário do que afirmam alguns, não é uma ingerência em assuntos internos, nem um atentado à soberania nacional. Executivo, Legislativo e Judiciário passam a ser desafiados a implementar as

normas internacionais pelas quais o Brasil já se responsabilizou no plano internacional. Abre-se, finalmente, um novo campo de pesquisa, em Ciências Sociais e em Relações Internacionais, que, pela comparação da jurisprudência da Corte Interamericana com atos internos do Estado Brasileiro, pode vir a determinar o grau de vulnerabilidade do país a sentenças internacionais de proteção dos direitos humanos, reparação de violações e pagamento de indenização às vítimas.